

Administração.

Os fatos configuram a inobservância do princípio constitucional da isonomia, previsto expressamente no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 5.450/2005, visto que a utilização de software de lançamento automático de lances (robô) confere vantagem competitiva aos fornecedores que detêm a tecnologia em questão sobre os demais licitantes. (Grifo nosso)

Portanto está claro que a utilização de *software* de remessa automática de propostas configurou, no caso concreto, afronta ao princípio da isonomia, insculpido no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei Estadual n. 14.167/2002, **AS NORMAS DISCIPLINADORAS DA LICITAÇÃO SERÃO INTERPRETADAS EM FAVOR DA AMPLIAÇÃO DA DISPUTA ENTRE OS INTERESSADOS, DESDE QUE NÃO SE COMPROMETAM O INTERESSE PÚBLICO, A FINALIDADE E A SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO.** Autorizar a utilização de robôs traz um sensação inegável de insegurança jurídica visto que possibilitaria a manipulação de resultados no procedimento licitatório uma vez que eliminaria de pronto o competidor humano.

Evidente que há fortes indícios da fraude praticada utilizando-se o licitante de robôs o que trouxe grandes prejuízos ao caráter competitivo da licitação, o que em última análise pode representar burla a norma. Aliás, neste aspecto o art. 37 da Constituição Federal preconiza a Legalidade como princípios norteadores da Administração. A questão é simples e objetiva. A Licitante não utilizou-se de meios permitidos pelo Edital e pela Lei de Licitações, e por essa razão deve ser imediatamente inabilitada, **NÃO SENDO MISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO, AUTORIDADES COATORAS, RASGAR A LEI PARA SERVIR DE MODO EXTRAORDINÁRIO A QUALQUER UM.**

4.2 DA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELAS AUTORIDADES COATORAS.

O Direito Administrativo assim como as demais ceiras do Direito é norteado por princípios como: impessoalidade, supremacia do interesse público, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, publicidade, etc. Tais princípios devem ser observado quando falamos de licitações como é o caso em tela.